

Beltrão propõe renegociação da dívida externa

O presidenciável afirma que o problema econômico "é assunto político e deve ser tratado de governo para governo"

TÃO GOMES PINTO

Desde que deflagrou, há quatro anos, o seu programa contra a burocracia que assola o País, o ministro Hélio Beltrão tem quebrado alguns tabus. O maior deles sem dúvida o de que, na administração pública, nem sempre a solução mais complicada é a melhor. Ontem em São Paulo, esse pregador do bom senso e da simplicidade quebrou mais um tabu. Transformou-se no primeiro presidenciável a propor, quase que abertamente, a renegociação da dívida externa como a única saída para o drama cambial brasileiro.

Beltrão disse isso no almoço que lhe foi oferecido pelos dirigentes lojistas, no Clube Nacional, e colheu murmúrios de aprovação da plateia. Não precisou sequer ser explícito. Bastou que apontasse como única saída para a questão da dívida uma "solução natural", ou seja, uma solução conforme os seus princípios simplificadoros. Para deixar mais claro seu ponto de vista, Beltrão acrescentou que a questão cambial já não é mais um assunto para técnicos. "É assunto político e deve ser tratado de governo para governo" explicou o ministro. Não houve rebulicão no recinto. Apenas novos murmúrios de aprovação, o que sugere que a "solução natural" também parecia muito lógica para a plateia formada por homens pouco técnicos, pouco políticos, na maioria proprietários de pequenas empresas, e portanto, gente extremamente pragmática. Muito pragmática. Beltrão explicou ainda que a solução que ele chama de natural era não só de interesse do Brasil, mas também dos credores da nossa dívida. "Eu não conheço nenhum credor que procure inviabilizar um devedor que sempre cumpriu suas obrigações" — avançou, sempre na trilha do bom senso.

O almoço com os lojistas de São Paulo foi, no entanto, apenas um exercício preliminar para o grande evento do dia do ministro-presidenciável: o jantar na casa do empresário Abílio Diniz Ali. Beltrão, a exemplo do que aconteceu no final do mês com o presidenciável Aureliano Chaves, se encontraria com a nata das finanças paulistas. "Estou em casa entre empresários", já havia anunciado Beltrão no almoço com os lojistas, frase que certamente teria bom emprego à noite, no jantar de Diniz. Nas palavras de um frequentador desses jantares de presidenciáveis, o importante seria mesmo um ambiente descontraído e pouco formal. Afinal, mais do que apoio ostensivo, ou mesmo palavras de entusiasmo, o que Beltrão poderia colher entre os quase 100 convidados para o evento seria a sensação de que nos momentos difíceis, os empresários e alguns funcionários do governo querem sentir-se juntos e irmanados. O jantar de Beltrão, como já aconteceu no jantar de Aureliano, seria antes de tudo um acontecimento psico-político-econômico. E claro que o jantar foi também um acontecimento psico-político-econômico antimulufista, como o jantar de Aureliano. Mas isso é quase um detalhe.

Aureliano tem apoio de Natel

BRASÍLIA — O ex-governador Laudo Natel viajou ontem à Capital Federal para alinhar com o vice-presidente Aureliano Chaves e manifestar apoio à sua candidatura à sucessão do general Figueiredo.

"Vejo com grande simpatia e entusiasmo esta candidatura — afirmou Laudo —, pelo passado de vice-presidente e pelos serviços já prestados à Nação e sobretudo por sua respeitabilidade."

Aureliano, por sua vez, ressaltou que só será candidato se obtiver a preferência do Presidente da República dentre os nomes que pleiteiam o cargo. Laudo então comentou que essa posição também é a sua, explicando que tem simpatia pela candidatura do vice-presidente da República, mas acatará a escolha de Figueiredo.

O gesto de Laudo Natel poderá garantir sua reaproximação com o Presidente da República, de quem se afastou no ano passado, quando se recusou a apoiar o nome de Reinaldo de Barros na disputa do governo de São Paulo, pelo PDS.

Os novos lances da sucessão

Rubem de Azevedo Lima

BRASÍLIA — A sucessão presidencial, apesar de posta em segundo plano pela perspectiva de adoção do pacote econômico, ganhou no começo da semana novos lances, que revelam o nível de acirramento nas relações entre os vários presidenciáveis e seus respectivos apoios políticos e partidários.

A resistência do ex-presidente Ernesto Geisel à indicação, por exemplo, do nome do ministro do Interior, Mário Andreazza, fortaleceu-se.

A proposta, circular no Congresso, em meios situacionistas, que o ex-presidente, nas conversas com amigos, diz estar disposto a levar "às últimas consequências sua incomformidade com a escolha de Andreazza". Geisel manifestava a mesma incomformidade quanto ao nome de Paulo Maluf, mas alguns políticos chegavam a dizer que o ex-presidente da República ressaltava sua insatisfação, no caso, acentuando que se o escolhido fosse o ministro, ele seria capaz até de apoiar Maluf.

Todas estas conversas circularam nas recepções oferecidas em Brasília, pelos mais diversos candidatos. De todos os presidenciáveis, apenas Aureliano Chaves quando recebia políticos, segunda-feira, no Palácio Jaburu, continuava a não falar de sucessão presidencial, preferindo conversar sobre a crise econômica e a situação energética.



Beltrão: a solução deve vir por via política



Setúbal apresenta a sua receita e Luís Eulálio ouve

Jantar discreto, como convém a empresários

Entre alguns empresários que no momento em que redigimos esta nota estão reunidos sob o ecumênico (em matéria de tendências dentro do empresariado paulista) teto do sr. Abílio Diniz, registrava-se ontem a expectativa de que o jantar da noite pudesse marcar alguma evolução em relação ao jantar de Aureliano Chaves. Ninguém, é óbvio, esperava encontrar em Hélio Beltrão uma postura presidenciável.

Senhores discretos, os empresários selecionados para o evento sabem que não existe atitude mais inconveniente em jantar de presidenciável do que atitudes que revelem a condição de convidado da noite. A evolução desejada em relação ao jantar anterior era apenas formal. Esperava-se, por exemplo, que desta vez não aparecessem convidados sem os atributos empresariais e/ou presidenciáveis exigidos.

No jantar de Aureliano, um convidado não apresentava essas características e tirou um pouco da eficácia do encontro. Foi o governador Franco Montoro, que aproveitou a reunião para falar até de democracia participativa, o que absolutamente não vinha ao caso.

Outra regra que começa a ser obedecida como sendo de bom tom nesse tipo de encontro é a não presença de jornalistas. Já a presença de senhores proprietários de veículos de comunicação é desejável. Também é desejável um tom educado, cheio de circunlóquios, nas eventuais críticas feitas ao atual governo. Para não colocar o convidado de honra em situação constrangedora. T.G.P.

de em seu gabinete na Câmara dos Deputados, tendo recebido uma dezena de parlamentares, entre os quais o opositorista Rui Codo (PMDB-SP). O deputado Antônio Dias (PDS-MG) disse, ao sair de uma audiência com Aureliano, que seu nome será imbatível na Convenção do PDS caso o ministro do Interior Mario Andreazza se conformar em assumir a candidatura à vice-presidência.

Dias propôs a Aureliano que mude seu estilo de campanha e dê mais ênfase à candidatura, percorrendo os gabinetes dos parlamentares e fazendo aparições públicas mais frequentes. O vice-presidente, segundo o parlamentar, ouviu o conselho mas ponderou que prefere manter seu estilo de trabalho, "mais na base da conversa", afirmou.

Depois de Antônio Dias, o deputado Mário Assad (PDS-MG) salientou, ao sair da audiência, que Minas Gerais está unida em torno da candidatura do vice-presidente da República, reparando apenas que o ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, não tem apresentado com clareza sua preferência.

Ontem, foi a vez do presidente da Itaipu Binacional, Costa Cavalcanti, que recebeu um grupo de políticos na residência de seu genro, no Lago Sul, de Brasília. Assunto da conversa: a sucessão.

Diversos fatores vêm contribuindo para desanimar a cúpula pedessista, quanto à possibilidade de influência na escolha do sucessor de Figueiredo. E o mais recente é o acordo feito no Rio, entre a direção local do partido, através de Moreira Franco, e Leonel Brizola, do PDT, que descontentou a representação pedessista fluminense (na maior parte com o ministro Andreazza) e a cúpula do PDS, embora tenha contado com o apoio do presidente Figueiredo e do ministro Leitão de Abreu.

Sobre os rumos dos candidatos e as perspectivas de cada um, dizia-se, ainda, que Antônio Carlos Magalhães não acompanharia Geisel, se este — na hipótese de indicação do nome de Andreazza — se definisse mesmo em favor de Maluf.

A respeito das supostas desavenças do PDS paulista, garante-se que a decisão de Amaral Furlan, cabeça da chapa à convenção de São Paulo, de não aceitar ser substituído por José Maria Marin, está contando com o apoio discreto do próprio Maluf. Quanto a Marin, não estaria alheio às manobras conduzidas pelo Palácio do Planalto, através do ministro Leitão de Abreu, com o objetivo de minar as bases malufistas justamente onde o ex-governador se considera imbatível.

Empresários apresentam Setúbal como alternativa para a crise

GALENO DE FREITAS

Simbolismo

Cerca de quinhentos empresários paulistas — responsáveis por empresas de grande porte — fizeram ontem um apelo ao ex-prefeito Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú, para que retorne à política na condução de um ministério da área econômica ou na própria Presidência da República.

O lançamento do seu nome, como alternativa do "liberalismo moderno" para a crise brasileira, foi a intenção evidente do almoço em sua homenagem que se realizou no salão de festas do Automóvel Clube de São Paulo, objetivo explícito nas palavras do dirigente agrícola Renato Ticolat, encarregado de fazer a saudação ao ex-prefeito.

"É isto que precisa ser restaurado no País, a confiança. (...) É necessário que seja aberto um espaço político para que Olavo Setúbal venha a ocupá-lo. São Paulo tem um homem para oferecer ao Brasil. Este homem se chama Olavo Setúbal."

Os organizadores sublinham o caráter espontâneo da homenagem e frisam que a adesão ao almoço (dez mil cruzeiros por cabeça) foi totalmente voluntária, não sendo necessário convocar ninguém por telefone. "Bastou colocar um pequeno anúncio nos jornais", garante Ticolat, para observar que na plateia estavam importantes empresários "que detêm o controle de pelo menos 70% do PIB brasileiro". Ticolat, instado a clarificar se estava lançando o nome de Setúbal para um ministério ou para a Presidência da República, esclarece que o ex-prefeito "é um estadista, e como o País mostra uma carência de homens deste porte, é claro que o ideal seria Setúbal ocupar a Presidência."

"Minhas primeiras palavras são para agradecer a honrosa homenagem que me é prestada, nestes dias incertos e de perspectivas sombrias. Simbolizado e comovido, sei que a vossa generosidade transcende a eventual dimensão ora dada tanto ao meu passado como administrador público, quanto à minha carreira como administrador de empresas."

"Por isso, como a emoção não deve ser sobreposta à razão, e dada a delicadeza do momento econômico, minhas segundas palavras são para testemunhar à comunidade de nossas crenças e anseios quanto à possibilidade de um país estável, justo e aberto. Jamais duvidamos da viabilidade do Brasil como uma nação livre e soberana, mas temos certeza de que não chegaremos à plenitude do progresso e do bem-estar sem ação e decisão, sem firmeza e liderança, sem credibilidade e trabalho árduo."

O grande desafio que temos pela frente, portanto, é justamente este: superar as dramáticas dificuldades conjunturais, que têm disseminado a insegurança e a incerteza, sem, no entanto, descurar da fixação de objetivos explícitos de médio e longo prazo. Mesmo porque, de nada servirão as melhores intenções, os maiores esforços, os mais sinceros discursos a favor da austeridade e os mais pungentes apelos para novos sacrifícios, se continuarmos carecendo de um projeto nacional capaz de reproduzir os valores e as expectativas de todos os que compõem a sociedade brasileira."

"Acredito que a democracia possa vicejar entre nós é preciso que governantes e governados aprendam a respeitar-se. Onde não há autoridade moral, não há respeitabilidade. E onde não há confiança recíproca, não há projeto algum em condições de perdurar e de se legitimar. No entanto, para que seja conquistado, é preciso renunciar à ideia de que um futuro melhor será possível sem trabalho árduo e sem nova carga de sacrifícios. Para que ele seja consolidado, é necessário acabar com aquela visão do Estado como o responsável exclusivo por tudo que se passa na sociedade, como se ele fosse o demônio do mundo moderno e providor inexistente de benefícios sem a contrapartida de obrigações."

"Em suma, numa palavra, o que pode tornar realidade os anseios de democracia é a conciliação das variáveis macroeconômicas: crescimento, inflação, desemprego e liquidez externa, com um projeto político definido por uma sociedade aberta, organizado a partir do regime de mercado e voltado a gerar tensões sociais incontroláveis, ela requer uma intervenção pública flexibilizada pela própria sociedade. Do mesmo modo, o mercado também não contém, embutido no sistema de preços, um critério de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade. Decorre daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

Este desafio transcende os limites do curto prazo. Exige, pois, um amplo debate sobre nosso futuro, para que saibamos de onde partem as orientações sobre a aplicação dos investimentos públicos, sobre a centralização da receita tri-

A festa também tinha um caráter simbólico. Foi a última vez que se usou o salão nobre do Automóvel Clube de São Paulo — um local onde tantas decisões foram engendradas — pois o clube ficará confinado apenas ao sexto andar do edifício da Rua Formosa 367. E foi este simbolismo que os amigos do ex-prefeito usaram como alavanca da homenagem.

Na mesa principal tomaram assento Olavo Setúbal, Renato Ticolat, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Octávio Frias de Oliveira, Paulo Egídio Martins, Osvaldo Câmpiglia, Carvalho Pinto, Nei Castro Alves, Moraes Abreu, Cato Pompeu de Toledo, Einar Kok, João Sayad, Manoel Figueiredo Ferraz, José Ermínio de Moraes, M. F. Nascimento Brito, Plínio Assmann e Paulo Nogueira Batista. Nas mesas perpendiculares à principal, outros empresários expressivos, como Abílio Diniz e Mário Garnero — para ficar em apenas dois exemplos —, ouviram atentamente não só o discurso de Renato Ticolat, apreendendo-lhe o sentido, como também a fala de Olavo Setúbal que, além das óbvias críticas à condução da política econômica brasileira, continha as idéias-bases de um programa de governo.

Liberalismo moderno

O ex-prefeito Olavo Setúbal centrou seu discurso na defesa de um "liberalismo moderno e consequente", ao qual não está alheia a necessidade de um planejamento de médio e longo prazo que substitua "o pragmatismo decisorio" (óbvia alusão ao ministro Delfim Neto). O trecho mais aplaudido do discurso também contém críticas à política econômica do governo federal:

"A crise que governantes e governados aprendam a respeitar-se. Onde não há autoridade moral, não há respeitabilidade. E onde não há confiança recíproca, não há projeto algum em condições de perdurar e de se legitimar. No entanto, para que seja conquistado, é preciso renunciar à ideia de que um futuro melhor será possível sem trabalho árduo e sem nova carga de sacrifícios. Para que ele seja consolidado, é necessário acabar com aquela visão do Estado como o responsável exclusivo por tudo que se passa na sociedade, como se ele fosse o demônio do mundo moderno e providor inexistente de benefícios sem a contrapartida de obrigações."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

"Meus amigos, se aproveito esta carinhosa homenagem para manifestar o meu credo liberal, e por que temos pela frente, neste momento inquietante, o dever de construir uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise atual, sem meias palavras, é grave. Além de por em perigo a própria continuidade do processo de abertura, ela também envolve o risco de que as cotas de preços, um mecanismo de distribuição de renda a partir do qual poder-se-ia operar o emprego dos recursos de uma sociedade, decorra daí, pois, a importância de uma estrutura democrática capaz de harmonizar expectativas conflitantes, integrando a partir de decisões legítimas que traduzam de modo cristão a vontade social."

LSN precisa ser revogada, diz d. Luciano

ITAICI, município de Indaiatuba — O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem que "para o bem da própria segurança nacional, a Lei de Segurança Nacional deve ser revogada". Segundo ele, "a aplicação concreta dessa lei, nos últimos anos, não deixou de ser marcada por notáveis injustiças e por uma indefinição dos delitos, colocando o julgamento sob a jurisdição de tribunais de emergência".

Apesar de considerar "extremamente louvável" a intenção do governo de retirar do âmbito da Lei de Segurança Nacional os chamados crimes de Imprensa, dom Luciano — que participa da assembleia geral dos bispos do Estado de São Paulo, em Itaiaci — disse que o estudo de modificação da Lei deveria ir além e atingir "o núcleo da Lei de Segurança Nacional, que foi elaborada para um tempo de emergência e que já merece cessar, devido às mudanças inegáveis da situação nacional e ao processo objetivo de abertura política".

De acordo com dom Luciano, "a Lei de Segurança Nacional encontra-se defasada em relação à situação atual do País". Para ele, "pertence a um correto estatuto jurídico a constante adequação às necessidades do cidadão. Além disso, a revogação da Lei de Segurança Nacional é um bem para a própria segurança nacional, que requer cada vez mais um espaço de liberdade e exercício de competências jurídicas constitucionais".

D.Paulo

Para o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, a exclusão dos crimes de Imprensa da área da segurança nacional "é muito pouco". Em sua opinião, a Lei "é muito confusa e, portanto, não pode ser lei. Ela é arbitrária e permite arbitrariedades por parte de pessoas que não podem ser controladas. Ela obriga todos os cidadãos a defender o Estado e pouco defende os cidadãos. Para mim, a solução seria a sua revogação e a criação, na Constituição, dos dispositivos necessários para garantir a segurança nacional".

Jornalista contesta declaração de Ackel durante seminário

BRASÍLIA — "O fato do ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, achar que existe inteira liberdade de imprensa no País e dizer que existem apenas quatro jornalistas presos em razão da Lei de Segurança Nacional, é perigoso. Isso levanta a possibilidade de entrarmos em outra situação absurda, por causa de uma legislação que poderá ser mais rigorosa."

A preocupação foi manifestada ontem pelo presidente eleito da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Audálio Dantas, ao depor no seminário promovido pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados sobre liberdade de imprensa e segurança nacional.

Contudo, esperançoso de que a nova Lei de Segurança e a Lei de Imprensa, anunciadas pelo ministro na palestra de anteontem, sejam mais brandas que as atuais, Audálio comentou que o País vive uma fase de meia liberdade de imprensa, pois, embora a censura prévia não exista mais, o instrumento legal que a criou ainda existe, estando apenas desativado (decreto-lei 1.077/70).

Para que exista a completa liberdade de imprensa e informação, o presidente eleito da Federação dos Jornalistas pregou a imediata revogação de todos os instrumentos legais que repressam e configuram meios eficazes de cerceamento da manifestação de pensamento.

Projeto aprovado

Por seis votos a dois, a Comissão de Segurança Nacional aprovou ontem o projeto do deputado Jorge Carone (PMDB-MG), revogando dez artigos da Lei de Segurança Nacional, especialmente os vinculados a delitos cometidos através da imprensa, os relativos a greve e os que restringem a liberdade de pensamento. O projeto, agora, será submetido à votação do plenário.

Os dois votos contra sua aprovação foram dos deputados Sebastião Curjó (PDS-PA) e Francisco Rollemberg (PDS-SE). Curjó, que havia obstruído a votação do projeto com um pedido de vista, garantiu, em seu voto em separado, que o ideal é o Congresso esperar os resultados da Comissão Especial do Senado que está revendo a Lei de Segurança Nacional, por ele considerada como "rigorosa".

Essa comissão teve seu prazo para pronunciar-se prorrogado, de amanhã para setembro, a pedido do relator, senador Murilo Badaró (PDS-MG).

Juiz do caso Baumgarten ouve testemunhas hoje

RIO — O juiz Alberto Mota Moraes, da 1.ª Vara Auxiliar do Juri, ouvirá hoje, às 10 horas, as duas primeiras testemunhas arroladas no inquérito que apura o assassinato de Alexandre von Baumgarten. Estará presente o delegado Nils Kaufmann, designado para investigar o caso.

Ontem, deveriam prestar depoimento duas testemunhas, cujos nomes são mantidos em sigilo, mas as intimações não foram entregues porque elas se encontram fora do Rio e somente regressam na noite de domingo ou segunda-feira pela manhã. Embora se trate ainda de inquérito policial, as testemunhas prestarão depoimento no gabinete do juiz Mota Moraes e não no Sorta (Setor Operacional de Roubos e Furtos de Automóveis), na Barra da Tijuca, onde está lotado o delegado Kaufmann, em decorrência de entendimentos entre o magistrado e o policial.

A Folha, o jornal mais lido de São Paulo, agora tem o classificado mais certinho.